



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10716 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 13 - Educação de Jovens e Adultos

A EJA, o Trabalho e a Rua: uma experiência de acolhimento

Renato Farias dos Santos - PPGEDU/UFRGS

A EJA, o Trabalho e a Rua: uma experiência de acolhimento

Este texto, baseado em pesquisa qualitativa realizada, analisa a importância da prática do acolhimento numa escola de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Porto Alegre, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), a partir do seu Núcleo de Trabalho Educativo (NTE), espaço de integralização, que vincula o trabalho e a educação através de oficinas de cerâmica e papel artesanal. A EPA caracteriza-se como uma experiência singular pois é uma das poucas escolas que têm como prioridade o atendimento da população em situação de rua (PSR) e em vulnerabilidade social.

Textos de Marx, Freire, Antunes, Libâneo, Romanini orientaram a pesquisa. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental e pesquisa de campo. Neste caso adotou-se como procedimentos metodológicos a observação participante e a entrevista reflexiva.

Foram buscados indicadores de características de estudantes da EJA no Brasil em bancos de dados de pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) que foram relacionados aos dos estudantes da EPA. Neste caso conforme os dados do Sistema de Informações Educacionais de Porto Alegre. Constatou-se que a principal característica dos estudantes da EPA é estar em situação de rua (80%). Verificou-se que a presença de jovens na EPA apresentou-se menor do que a da realidade nacional; que o número de mulheres da EPA (25%) também foi menor que o índice nacional (50%). Já a população negra na EPA foi de 60%, superando a estatística nacional (36%).

Em pesquisa realizada sobre a PSR de Porto Alegre pela FASC (2016) houve a constatação da existência de 2115 pessoas em situação de rua. Quanto à educação, 1% declarou nunca ter ido à escola; 6% informaram serem analfabetos e 57,4% não terem

completado o ensino fundamental. Tais dados indicam que a PSR é público potencial da EJA.

A EPA foi inaugurada em 30 de agosto de 1995, originou-se de um projeto proposto pela administração municipal para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o Projeto Jovem Cidadão. Em 1994, dez professores da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) passaram a trabalhar nas ruas, com educadores sociais da assistência social, construindo as bases político pedagógicas da EPA. A educação popular e libertadora, centrada nos pressupostos de Paulo Freire constituíram o alicerce do Projeto Político Pedagógico EPA.

A EPA organiza-se pedagógica e estruturalmente a partir das necessidades dos seus estudantes, flexibilizando as exigências de documentação para a matrícula e possibilitando o seu ingresso ou retorno a qualquer momento do ano.

A atuação da EPA ultrapassa as responsabilidades de uma escola formal, comprometendo-se com a transformação realidade de vida dos seus estudantes. Assim, em 1997, ela denunciou no fórum intersecretarias da prefeitura, a situação abandono em que eles se encontravam, provocando a implementação de programas de apoio.

Em 1999, foram criados o Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento (SAIA) e o Núcleo de Trabalho Educativo (NTE). O SAIA realiza a entrevista de ingresso, procura conhecer e registrar suas histórias de vida, as relações com serviços de atendimento e seus projetos de vida. Este serviço é um espaço de escuta e orientação dos estudantes, auxilia nas questões de disciplina, participa das reuniões pedagógicas e conselhos de classe e atua em rede com os demais serviços.

A criação do NTE inclui o trabalho como princípio educativo no projeto político pedagógico da escola e se constitui como possibilidade de geração de renda para os estudantes, sendo uma oportunidade de aproximação com o mundo do trabalho numa concepção produtiva, criativa e emancipadora. Nos primeiros anos teve apoio governamental, participando de convênios para geração de renda. Foi incluído em um projeto que repassava recursos através da Bolsa Jovem Cidadão (Paica-rua, 2002, p. 105 – 108), para estudantes da EPA que buscavam sair das ruas e, também, de egressos de abrigos municipais.

Conforme Finkler (2011), os serviços de atenção às crianças e adolescentes em situação de rua foram ampliados em Porto Alegre e os serviços de abordagem foram estendidos para toda a cidade com a implantação do Serviço Ação Rua em 2007. Com a diminuição da presença de crianças e adolescentes nas ruas, a preocupação dos serviços de assistência social passou a ser a população adulta em situação de rua, necessitando que fossem criadas alternativas para aquele “que completou 18 anos sem superar essa vulnerabilidade” (FINKLER, 2011, p. 241). Acompanhando esta tendência, a EPA, em 2009, teve sua modalidade alterada para EJA, mantendo como público prioritário a PSR.

Em 2014 SMED comunicou a EPA da decisão de fechar a modalidade EJA para

utilizar o espaço como escola infantil. A comunidade escolar decide em assembleia não aceitar o fechamento da escola, recorre ao Ministério Público, Câmara de Vereadores, fóruns, conselhos, entre outras instâncias. Diversas instituições se engajam na luta, como o Movimento Nacional da População de Rua, o Jornal Boca de Rua e Universidades. Por fim, a EPA ajuíza a questão, através das defensorias públicas do Estado e da União. Só em 2021 foi proferida decisão final pela manutenção da escola.

A próxima etapa da pesquisa foi procurar entender o que é o significado do acolhimento no Estatuto da Criança e do Adolescente, que sempre é utilizado como medida garantidora de direitos que pode ocorrer em espaço institucional ou familiar e em produções da Assistência Social, da Saúde e da Educação.

Quanto à assistência social nos anos 2000, a FASC utilizou a palavra acolhimento para denominar alguns serviços voltados às crianças e adolescentes em situação de rua: a Casa de Acolhimento, o Acolhimento Noturno e o Acolhimento Inicial Integrado, executado pelo Lar Dom Bosco (FINKLER, 2011, p. 51. Assim, o acolhimento associa-se à proteção e garantia de direitos do público atendido.

Pizzato, na sua dissertação de mestrado em serviço social, ao analisar a ação da Abordagem Social de Rua, coloca o acolhimento entre os elementos essenciais ao trabalho realizado: “A pesquisa apontou a importância de um processo de abordagem social de rua ser pautado no acolhimento, na construção de vínculos, na escuta e no respeito à autonomia dos sujeitos” (PIZZATO, 2012, p. 106).

Na saúde, destaco o Caderno da Atenção Básica – Acolhimento à demanda espontânea afirma:

(...) o acolhimento é uma prática presente em todas as relações de cuidado, nos encontros reais entre trabalhadores de saúde e usuários, nos atos de receber e escutar as pessoas, podendo acontecer de formas variadas (“há acolhimentos e acolhimentos”). (BRASIL, 2011, p.19)

Romanini na sua Tese de doutorado em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, aponta o acolhimento como

uma diretriz ética, estética e política da Política Nacional de Humanização (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS), concebendo-o como um acolhimento-dialogado, que acontece na trajetória do sujeito dentro dos serviços, e não apenas no momento de sua entrada nos mesmos. (ROMANINI, 2016, p. 20).

O autor afirma que o acolhimento “mexe nas estruturas de trabalho provocando mudanças, reorganizações dos próprios serviços” (ROMANINI, 2016, p. 60).

Libâneo (2012) afirma que o uso do termo acolhimento na Educação surge partir da Declaração Mundial da Educação para Todos (1990) e outros documentos patrocinados pelo Banco Mundial. A Declaração expressa o compromisso de superar as disparidades educacionais eliminando a discriminação do acesso dos grupos excluídos,

os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais (UNESCO, 1990, n.p.)

Conforme este autor, para dar conta desta proposta, há a necessidade de se pensar num outro modelo de escola. Libâneo (2012) traz a crítica de que este modelo pode gerar uma dualidade com uma escola do conhecimento destinada aos filhos dos ricos e uma escola do acolhimento destinada aos pobres. Porém, ele afirma que não há antagonismo entre a aprendizagem e acolhimento, desde que caminhem paralelamente. A escola deve acolher o diferente, o excluído social e culturalmente, propiciando a igualdade social, mas, ao mesmo tempo, garantindo uma educação de qualidade que possibilite “acesso aos conhecimentos da ciência, da cultura e da arte, bem como o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e a formação da cidadania” (LIBÂNEO, 2012, p. 26).

Um texto sobre o acolhimento de uma professora aposentada da EPA, disponível na escola, encontra-se a seguinte observação:

Na escola que acolhe, os professores precisam ter como compromisso estar sempre disponíveis para observar e escutar tanto as linguagens orais quanto corporais trazidas pelos estudantes, buscando conhecer suas histórias de vida (todas as dimensões “possíveis” em que estão inseridos e envolvidos), a fim de elaborarem planejamentos significativos para sala de aula, que incidam na vida dos estudantes. (CÂNDIDO, 2006, p.1).

A expressão do acolhimento através da escuta do outro remete às palavras de Paulo Freire na Pedagogia da Autonomia: “não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitidas aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles” (FREIRE, 1996, p.127).

A observação foi realizada durante todo o período da pesquisa, a partir da própria rotina de trabalho do pesquisador, então professor da escola, participando das aulas, espaços de comercialização, feiras e eventos.

Foram realizadas entrevistas com 5 estudantes e 3 professoras do NTE. Ao perguntar sobre a razão de terem procurado a EPA, responderam: “para aprender a ler, escrever, fazer

contas”, “para aprender melhor, me aperfeiçoar”, “aprender a ler...fazer as contas”, “melhorar a matemática”, “se a gente não fizer isso a gente não vai saber nada”. Queriam retomar o processo interrompido: “terminar meus estudos”, “terminar o primeiro grau.

Destacaram o acolhimento recebido na EPA: “acho que acolhe melhor nós, né? Nos tratam com maior atenção... Aqui já tem um afeto melhor com a gente...”; citaram os trabalhadores: “cozinheiras, os diretores, as professoras” como razões de permanecer na escola; a possibilidade do cuidado consigo: “dá pra tomar banho”; a superação do abuso de drogas: “O que me faz tirar da rua é o EPA, e o trabalho do NTE, se não a esta hora estava numa praça me drogando, bebendo, me alcoolizando...”.

Romanini afirma que o acolhimento se expressa na relação com a alteridade, na significação do outro no nosso próprio mundo:

Trata-se de práticas de acolhimento, que nos colocam em contato com a alteridade, portanto, conosco mesmos. Apostamos nas reflexões sobre o acolhimento como uma experiência singular, que acontece cotidianamente nos serviços, nos encontros mais corriqueiros e comuns entre profissionais e usuários. (ROMANINI, 2016, p. 25)

Um dos entrevistados afirmou, “Meu futuro é trabalhar, primeiro aprender a ler e escrever”, vivendo uma vida comum aos homens que conforme Antunes “oscilam entre a busca quase inglória do trabalho ou o aceite de qualquer labor” (2005, p. 13) ele expressa a esperança de que a educação lhe garanta o acesso ao trabalho almejado.

Nas perguntas sobre as razões de participar do NTE, responderam que era para se ocupar, para desestressar, para aprender alguma coisa na vida, para fazer trabalhos que nunca haviam feito na vida, para “aprender a fazer” e para ter um dinheirinho para ajudar na rua.

Conforme as professoras entrevistadas, o NTE possibilita aprender coisas relativas ao trabalho de maneira prazerosa, auxilia na organização para o trabalho, na criação de compromisso com o grupo, no autorreconhecimento como ser trabalhador, realizando um trabalho “pensado”, com criatividade e autonomia, sendo um espaço terapêutico para muitos estudantes. Uma das professoras afirmou “a gente convive muito, vai construindo um vínculo de trabalho, mas também de afeto, de parceria e isto tudo é protetivo”. Por fim a participação nas oficinas e no grupo de produção possibilita a visibilidade dos estudantes, sendo olhados pelo seu trabalho, pelo seu fazer artístico, assim sendo produzida cidadania.

As professoras entendem o NTE como um espaço complementar à escola, que estimula a autoestima, possibilita, aos estudantes, a ocupação de um outro lugar social, como estudante da EPA e ainda um produtor do NTE, sendo reconhecido pelo seu trabalho, transformando e sendo transformados, pois como afirma Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio deste movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. (MARX, 1983, p. 149-150).

Para as professoras, o NTE pode ser entendido como um espaço de criação, transformação, autoria, produção de autoestima e de auto-organização, possibilita formação de comportamentos e habilidades, que favorecem a inserção no trabalho assalariado, mas não pode ser considerado um espaço de formação de mão de obra para o Capital.

Quatro dos estudantes já haviam participado de cursos profissionalizantes, foram citados cursos de jardinagem, office-boy (menor aprendiz), artes, serigrafia e culinária. Todos relataram experiências de trabalho, a maioria na construção civil, serviços gerais, domésticos e outras atividades. A bebida e as drogas foram apontadas por três dos estudantes pela saída dos espaços de trabalho. Na data da entrevista, três viviam da reciclagem, um do Benefício de Prestação Continuada e um afirmava não ter renda. A bolsa família e as vendas do NTE, também foram apontadas como formas de renda.

Ao responderem a pergunta: “Tu tens algum projeto ou objetivo, de trabalho e de vida para o futuro?”, só um dos estudantes afirmou não ter sonho, um apontou três sonhos: montar um barzinho, trabalhar numa transportadora e escrever um livro sobre “moradores de rua”; outro fazer um curso de segurança do trabalho para trabalhar numa grande indústria, outro trabalhar num mercado ou serviço de limpeza e alugar uma peça e tocar a vida e ainda outra fazer um curso de aperfeiçoamento e continuar trabalhando com cerâmica, todos estes afirmavam a necessidade de aprender a ler e escrever, ou concluir seus estudos, pegar o diploma em primeiro lugar.

Ao responderem sobre o que entendem sobre economia solidária, os estudantes expressaram: “é um ajudar o outro”; “Trabalhar junto, junto e solidário”, “é um grupo que se une para fazer um trabalho que gera renda para todo mundo”, “É um tipo de uma corrente, mas se quebrar o elo...”, “É saber o preço do barro, da luz e da água, e deixar um dinheirinho aí pra arrumar o forno. O resto é meu”. Do seu jeito cada um havia entendido um pouco dos princípios da economia solidária. A solidariedade, o trabalho cooperativo, a autogestão estavam expressos nas suas palavras. Os professores também expressavam a importância da economia solidária para os estudantes e para a mudança das relações no NTE.

Como resultados, destaca-se três elementos. Primeiro que a PSR se caracteriza como público potencial da EJA e a experiência da EPA comprova a importância desta população ser pensada nas políticas educacionais voltadas a esta modalidade.

Além disso, que o acolhimento é a tecnologia fundamental para a inclusão e

permanência desta população, bem como outras em situação de vulnerabilidade, nas políticas educacionais. O acolhimento é um conceito que fundamenta a prática pedagógica da EPA, que a constitui como referência em educação para a em situação de rua.

Como terceiro aspecto, que a experiência do NTE, que tem o trabalho como princípio educativo, tem impacto positivo junto a PSR mas demanda articulação com as demais políticas sociais, trabalho, geração de emprego e renda, saúde, habitação, assistência social e outras, para que se possa realizar ações integradas, de caráter efetivo e que tenham real impacto na vida desta população.

PALAVRAS CHAVES: Educação de Jovens e Adultos; Trabalho e Educação; População em Situação de Rua e Acolhimento

REFERÊNCIA

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. SP: Boitempo, 2005.

BRASIL. Portal da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**. Cadernos de Atenção Básica, n. 28, Volume I. Brasília: 2011. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/miolo_CAP_28.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

CÂNDIDO, M. A. Acolhimento: Um contexto a ser discutido. Arquivo da Emef Porto Alegre, CD-ROM, Porto Alegre, 2006.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PORTO ALEGRE. **Projeto Político Pedagógico**. Porto Alegre: EMEF Porto Alegre, 2014.

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua**. IFCS/UFRGS. Porto Alegre: 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FINKLER, Lirene. **Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFRGS. Porto Alegre: 2018. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/72792>. Acesso em 16 abr. 2022.

FREIRE. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz

e Terra, 1996.

LIBANEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 abr. 2022.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PAICA-RUA (Org.). **Meninos e meninas em situação de rua**: políticas integradas para a garantia de direitos. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 2002. – (Série fazer valer direitos; v. 2)

PIZZATO, Rejane Margareth Scherolt. **“No olho da rua”**: o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre – abordagem social de rua na sociedade contemporânea. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2012. Disponível em <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/515>. Acesso em 18 abr. 2022.

ROMANINI, Moises. **Narrativas do desassossego**: do re-en-colhimento às práticas de acolhimento aos usuários de drogas na Rede de Atenção Psicossocial de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147053/000999288.pdf;sequence=1>. Acesso em 19 abr. 2022.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos** e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 19 abr. 2022.